

IV Conferência Estadual de Cultura do Espírito Santo

GÓVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Cultura



4^a CNC
CONFERÊNCIA
NACIONAL DE CULTURA

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Eixo 1

Institucionalização, Marcos
Legais e Sistema Nacional de
Cultura



Eixo 1

Propostas Federais:

- 1 – Garantir o repasse anual de recursos, de no mínimo 10%, oriundo do orçamento do Ministério da Cultura, com o objetivo de estruturar e fortalecer a gestão do Órgão Gestor de Cultura Municipal (pessoal especializado, orçamentos, equipamentos e estrutura física).
- 2 – Criar e regulamentar o Programa Nacional de Auxílio Financeiro, por meio do fortalecimento de mecanismos de fomento, de financiamento e de bolsa incentivo aos fazedores de cultura e trabalhadores da arte.



Eixo 1

Propostas Estaduais:

- 1 – Regular e operacionalizar o Sistema Estadual de espaços culturais fixos e itinerantes garantindo, para além da descentralização de recursos para manutenção e aquisição de equipamentos nos espaços públicos e privados, a criação e reestruturação espaços multiculturais nos municípios.
- 2 – Garantir uma política pública de cultura com apoio orçamentário sólido para continuidade dos investimentos, destinando a partir de 2025, por meio de lei específica, 0,5% da receita líquida do Estado, de acordo com a Emenda Constitucional 042/2003, para o Fundo Estadual de Cultura, cuja a regulamentação para a sua aplicação, será definida pelo Conselho Estadual de Cultura.
- 3 – Criar e regulamentar Lei Estadual que institui o estabelecimento de escritórios da SECULT nas microrregiões, visando a melhor distribuição e descentralização de recursos, refletindo sobre uma nova estruturação das realidades culturais, democratizando o acesso.



Eixo 1

Proposta Setorial:

1 – Reestruturar a composição do Conselho Estadual de Política Cultural incluindo a Economia Criativa (gastronomia, moda e artesanato), artes Livres, artes urbanas (Visuais e Plásticas), criar câmara de arquitetura e urbanismo, arte pública, hip hop, fotografia, expressões afro brasileiras e culturas populares, separando os segmentos de teatro, dança, circo e ópera da Câmara de Arte Cênica.





Eixo 2

Democratização do Acesso à
Cultura e Participação Social

Eixo 2

Propostas Federais:

- 1 – Desenvolver políticas públicas voltadas para a Territorialização da Cultura, com o objetivo de descentralizar e democratizar a formulação, o planejamento e a execução de programas e ações culturais nas microrregiões, garantindo a itinerância e circulação dos artistas pelos estados. Expandir ações culturais com foco em comunidades e municípios periféricos, criando pontos de identificação e fomento à cultura por localidade, consolidando um “Sistema Único de Cultura”, como as políticas públicas no âmbito da Assistência (SUAS) e Saúde (SUS).
- 2 – Garantir um Órgão Gestor de Cultura independente e capacitado, assegurando sua memória institucional, com o objetivo de consolidar e dar continuidade às políticas públicas de cultura, resultando no fortalecimento do setor dentro do município.



Eixo 2

Propostas Estaduais:

1 – Criar calendário de eventos para reconhecimento e divulgação das atividades culturais e garantir o direito à cultura democratizando os espaços culturais, assegurando acessibilidade universal e fomento a criação de políticas públicas que garanta mobilidade, alimentação e estadia. Dessa forma, promovendo a democratização do acesso e direito à cultura. Contudo, cabendo ao estado promover a acessibilidade e não aos proponentes e aos trabalhadores de arte e cultura, promovendo o apoio contínuo e garantia de mobilidade estadual, interestadual e internacional aos trabalhadores da arte e cultura.

2 – Criação de um Fórum Estadual de Cultura, garantindo o programa de formação e capacitação dos conselheiros e agentes municipais.

3 – Proporcionar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para gestores públicos, técnicos e agentes culturais, valorizando tanto o conhecimento acadêmico quanto os saberes e práticas tradicionais, incluindo capacitação para elaboração de projetos culturais e recursos de acessibilidade, através da regulamentação, fortalecimento e simplificação dos mecanismos de fomento e incentivo do sistema de financiamento à cultura.



Eixo 2

Proposta Setorial:

1 – Fortalecimento das práticas e manifestações culturais e artísticas, tradicionais, populares, comunitárias e periféricas, a partir de apoio aos grupos locais com a garantia da participação comunitária, acesso à linguagem democrática nos editais e protagonismo e resgate das narrativas territoriais. Promover pesquisas, estudos e mapeamentos periódicos (Bienal) nas áreas de cultura e arte que gerem indicadores com as especificidades de cada setor, para implementação de políticas públicas.



Eixo 3

Identidade,
Patrimônio e
Memória



Eixo 3

Propostas Federais:

1 – Promover nos âmbitos estaduais e municipais, inventários, pesquisas, estudos e mapeamentos sobre o patrimônio material, imaterial, natural, os saberes, povos e comunidades tradicionais e originários, para a elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas de preservação, difusão e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

2 – Promover o acesso à cultura através de um plano de educação patrimonial articulado com o Ministério da Educação, secretarias Estaduais e Municipais de educação que incluam intercâmbios com espaços culturais, feiras, exposições, publicações, cartilhas, materiais didáticos, tecnologias digitais, inventários, formações técnicas no âmbito cultural, entre outros.



Eixo 3

Propostas Estaduais:

1 – Fomentar a criação e ou o aperfeiçoamento da legislação de proteção do patrimônio cultural e natural (tais como: lei do patrimônio vivo, lei do tombamento), garantindo o tombamento e registro em nível municipal, assegurando que os planos diretores municipais respeitem as demais legislações de proteção, educação patrimonial, entre outros.

2 – Melhorar a estrutura institucional de gestão da cultura, contemplando inclusive a criação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Cultural do ES (IPHACES), conselhos específicos, com corpo técnico capacitado e garantindo a participação social.

3 – Proporcionar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para gestores públicos, técnicos e agentes culturais, valorizando tanto o conhecimento acadêmico quanto os saberes e práticas tradicionais, fomentando a contratação de mão de obra técnica especializada das áreas de cultura para gestão.



Eixo 3

Proposta Setorial:

1 – Proporcionar mecanismos de preservação do patrimônio material, com políticas públicas participativas e salvaguarda do patrimônio imaterial, por meio da valorização e transmissão das tradições, memórias e saberes tradicionais.



Eixo 4

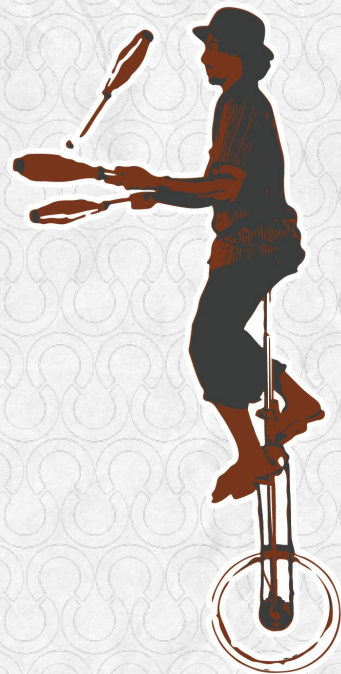
Diversidade Cultural e
Transversalidade de Gênero, Raça
e Acessibilidade na Política
Cultural



Eixo 4

Propostas Federais:

- 1 – Divisão equânime dos recursos dos editais regionais de forma que todos os estados sejam contemplados a partir de uma régua mínima que considere a produção e diversidade dos diferentes territórios.
- 2 – Revisão da legislação do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que restringe as pessoas com deficiências e seus tutores legais a acessarem o mercado de trabalho, incluindo o acesso às políticas públicas culturais através de editais, bolsas culturais e contratos para participação como agentes culturais nos projetos temporários.



Eixo 4

Propostas Estaduais:

1 – Exigir das Secretarias de Cultura ações que visem a desmarginalização da diversidade de gênero, LGBTQIA+, religiões de matriz africana e cultura negra. Solicitando o uso da casa do governador para manifestação litúrgica, de matriz africana.

2 – Que todas as iniciativas e normativas culturais instituídas a partir do poder público estadual contemplem regras e mecanismos (Leis de Incentivo da Secretaria de Cultura, editais, projetos culturais) que garantam a presença da diversidade cultural para os segmentos sociais: infância, adolescência e juventude, pessoa idosa, pessoas com deficiências, LGBTQIAPN+, com recorte de cotas raciais para pessoas negras, indígenas aldeados, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e terreiros, quilombolas, ciganos, pomeranos, pescadores artesanais entre outros, a garantia de paridade de gênero, assim como as culturas periféricas.

3 – Criar ações de fortalecimento das manifestações culturais artísticas tradicionais (matriz africanas, comunidade ciganas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas) que constituem a identidade local e regional em seus lugares, celebrações, formas de expressão e saberes, garantindo maior acesso a participações em editais. Bem como, ampliar a contratação no serviço público de pessoas diversas no quesito identidade de gênero, sexualidade, religião, raça, assim como pessoas com deficiência, por meio de um edital público.



Eixo 4

Proposta Setorial:

1 – Instituir escritórios da Fundação Palmares em cada estado para o desenvolvimento de ações mais efetivas e amplas para os segmentos de territórios de matrizes africanas, bem como, garantir o acesso aos recursos financeiro, mediante reserva, para agentes indígenas aldeados considerando o protagonismo da mulher indígena.



Eixo 5

Economia Criativa,
Trabalho, Renda e
Sustentabilidade



Eixo 5

Propostas Federais:

1 – Criar, estruturar e estimular cursos de capacitação, oficinas, formações continuadas e assessorias técnicas interdisciplinares para agentes culturais, gestores, produtores, artistas, técnicos, artesãos, e agentes correlatos em caráter itinerante com a finalidade de estimular os mecanismos de geração de rentabilidade na cadeia produtiva da economia criativa, incluindo ações a serem realizadas com redes educacionais federais, estaduais e municipais.

2 – Criar uma lei federal com regras unificadas para mapear e cadastrar agentes culturais com o objetivo de estimular a profissionalização do campo, garantindo acesso às políticas culturais, aos direitos trabalhistas e previdenciários e uma renda básica para os grupos diversos do setor criativo e linguagens, levando em conta as especificidades de cada meio artístico.



Eixo 5

Propostas Estaduais:

1 – Ampliar e simplificar o acesso às políticas de fomento, criar linhas de financiamento específicas e reajustar valores dos editais via correção monetária, facilitando e desburocratizando o acesso aos recursos da LICC e Rouanet, através de direcionamento direto, dos recursos oriundos dessas leis para fundos de cultura, isentando o artista da necessidade da captação.

2 – Gerar renda por meio de espaços e medidas de comercialização dos produtos, serviços e iniciativas da economia criativa (feiras, vitrines virtuais, rotas turísticas, calendários de eventos) a partir de resgate e intercâmbio cultural, realizando também ações de fomento vinculados ao turismo cultural, gastronomia e cultura regional.

3 – Investir na criação, manutenção e fortalecimento de centros e espaços culturais com ou sem fins lucrativos de exposição e comercialização da economia criativa e artesanato, garantindo acessibilidade, estacionamento, com atividades diversas como: capacitações, rodas de conversas e eventos culturais em geral.



Eixo 5

Proposta Setorial:

1 – Criar mecanismos para fomentar a economia local, o associativismo, cooperativismo e demais meios de organização e formação de redes, arranjos produtivos e articulações no setor da economia criativa, por meio da potencialização do trabalho de agentes culturais criativos, por exemplo no setor da moda.





Eixo 6

Direito às Artes e
Linguagens Digitais

Eixo 6

Propostas Federais:

1 – Criar centros de Cultura, Hubs tecnológicos, espaços artísticos comunitários, além de mapear e equipar os espaços de cultura já existentes, proporcionando as suas modernizações.

2 – Atualizar as legislações, levando em conta as novas mídias e plataformas digitais, de modo a proporcionar o amplo acesso à produção cultural e artística.

ESTA TAMBÉM É UMA PROPOSTA PARA OS COLEGIADOS SETORIAIS DE CULTURA



Eixo 6

Propostas Estaduais:

- 1 – Criar escolas livres e ofertar capacitações, cursos livres, profissionalizantes e técnicos na área das artes e cultura digital, tanto na modalidade presencial quanto no ensino a distância, para artistas, gestores e população em geral, considerando a atuação direta do estado e a integração entre gestão federal, estadual e municipal e o apoio das iniciativas privadas.
- 2 – Garantir infraestrutura e acesso à internet em todo território estadual priorizando a interiorização, tendo equipamentos públicos como ponto de conexão gratuita.
- 3 – Promover o apoio aos agentes culturais, fazeres artísticos, festivais, exposições, mostras, atividades culturais locais e arte digital, garantindo a descentralização das ações e a participação das periferias e juventudes por meio de ações com parcerias institucionais entre setores públicos e apoio do setor privado.



Eixo 6

Proposta Setorial:

1 – Criar legislação na área de inteligência artificial garantindo a entidade federal e sociedade civil o acesso aos dataset (base de dados) das empresas atuantes no Brasil;



Priorização propostas setoriais

1 – Reestruturar a composição do Conselho Estadual de Política Cultural incluindo a Economia Criativa e Artes Livres (Visuais e Plásticas), separando os segmentos de teatro, dança, circo e ópera da Câmara de Arte Cênica.

2 – Fortalecimento das práticas e manifestações culturais e artísticas, tradicionais, populares, comunitárias e periféricas, a partir de apoio aos grupos locais com a garantia da participação comunitária, acesso à linguagem democrática nos editais e protagonismo e resgate das narrativas territoriais. Promover pesquisas, estudos e mapeamentos periódicos (Bienal) nas áreas de cultura e arte que gerem indicadores de memórias e saberes tradicionais, com as especificidades de cada setor, para implementação de políticas públicas e de reconhecimento como bem imaterial.

ESTA TAMBÉM É UMA PROPOSTA PARA OS COLEGIADOS SETORIAIS DE CULTURA

3 – Proporcionar mecanismos de preservação do patrimônio material, com políticas públicas participativas e salvaguarda do patrimônio imaterial, por meio da valorização e transmissão das tradições, memórias e saberes tradicionais.

ESTA TAMBÉM É UMA PROPOSTA PARA OS COLEGIADOS SETORIAIS DE CULTURA

4 – Instituir escritórios da Fundação Palmares em cada estado para o desenvolvimento de ações mais efetivas e amplas para os segmentos de territórios de matrizes africanas, bem como, garantir o acesso aos recursos financeiro, mediante reserva, para agentes indígenas aldeados considerando o protagonismo da mulher indígena.

5 – Criar mecanismos para fomentar a economia local, o associativismo, cooperativismo e demais meios de organização e formação de redes, arranjos produtivos e articulações no setor da economia criativa, por meio da potencialização do trabalho de agentes culturais criativos, por exemplo no setor da moda.

6 – Criar legislação na área de inteligência artificial garantindo a entidade federal e sociedade civil o acesso aos dataset (base de dados) das empresas atuantes no Brasil.

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura



4^a CNC
CONFERÊNCIA
NACIONAL DE CULTURA

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO